

Uma análise da inserção profissional dos egressos do curso de Administração no Brasil

An analysis of the professional insertion of Administration course graduates in Brazil

Jhony P. Moraes¹, Alexandre D. M. Wissmann², Jair Jeremias Junior³
e Arthur G. M. Andrade⁴

¹ Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Fadergs), Porto Alegre, RS, Brasil

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Ijuí, RS, Brasil

³ Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (Cesufoz), Foz do Iguaçu, PR, Brasil

⁴ Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, RS, Brasil

Notas dos autores

Jhony P. Moraes é agora professor da Escola de Negócios da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Fadergs); Alexandre D. M. Wissmann é agora doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Jair Jeremias Junior é agora formador na Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Arthur G. M. Andrade é agora tutor/professor do Departamento de Ensino da Faculdade dos Guararapes (Unifg).

Correspondências sobre este artigo devem ser enviadas para Jhony P. Moraes, Rua Marechal Floriano Peixoto, 185, Centro Histórico, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 90020-060. *E-mail:* jhonymoraes@hotmail.com.br

Para citar este artigo: Moraes, J. P., Wissmann, A. D. M., Jeremias, J., Junior, & Andrade, A. G. M. (2022). Uma análise da inserção profissional dos egressos do curso de Administração no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 23 (5), 1–29. <https://doi.org/doi:10.1590/1678-6971/eRAMG220169.pt>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

This paper may be copied, distributed, displayed, transmitted or adapted for any purpose, even commercially, if provided, in a clear and explicit way, the name of the journal, the edition, the year and the pages on which the paper was originally published, but not suggesting that RAM endorses paper reuse. This licensing term should be made explicit in cases of reuse or distribution to third parties.

Este artigo pode ser copiado, distribuído, exibido, transmitido ou adaptado para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que citados, de forma clara e explícita, o nome da revista, a edição, o ano e as páginas nas quais o artigo foi publicado originalmente, mas sem sugerir que a RAM endosse a reutilização do artigo. Esse termo de licenciamento deve ser explicitado para os casos de reutilização ou distribuição para terceiros.

Resumo

Objetivo: Analisar o processo de inserção profissional de egressos dos cursos de Administração e Administração Pública no Brasil, com idades entre 18 e 36 anos, formados a partir de 2011.

Originalidade/valor: Como principal contribuição do estudo, é possível destacar o contingente de profissionais bem qualificados em situação de desemprego, em trabalhos informais e muitas vezes subocupados, dando indícios à ampliação de uma inserção não qualificante no trabalho. Assim, como um problema generalizado, que perpassa diferentes idades, classes, gêneros e cores/raças/etnias, esse agravante no mercado laboral recai, principalmente, sobre os indivíduos com ensino superior, os quais mostram o enfrentamento de uma condição de trabalho aquém de suas competências e sua escolaridade.

Design/metodologia/abordagem: Este estudo tem enfoque quantitativo, não probabilístico, não experimental, transversal e descritivo. A coleta teve início em setembro de 2018 e término em novembro de 2018. Após os cortes, a amostra foi de 847 casos divididos por regiões, sendo: 344 do Sudeste, 244 do Sul, 163 do Nordeste, 56 do Centro-Oeste e 40 do Norte.

Resultados: Destaca-se nos resultados que 73% dos respondentes não passaram mais de um ano para se inserir profissionalmente, 20% dos egressos encontram-se em cargos com requisitos de escolaridade inferiores à graduação, e 16,6% não estão trabalhando. Além disso, apesar de bem qualificados, os profissionais investigados compartilham de um cenário ocupacional estruturalmente fragilizado, principalmente em relação aos tipos de vínculos laborais praticados, independentemente de suas características sociodemográficas.

Palavras-chave: inserção profissional, formação, trabalho, Administração, egressos

Abstract

Purpose: To analyze the professional insertion process of Administration and Public Administration course graduates in Brazil, with ages ranging from 18 to 36, who graduated after 2011.

Originality/value: As the main contribution of the study, it is possible to highlight the contingent of well-qualified professionals that are unemployed or in informal and often underoccupied jobs, indicating the expansion of non-qualifying job insertion. Thus, as a widespread problem which cuts across different ages, classes, genders, races, and ethnicities, this aggravating factor in the labor market falls mainly on individuals with higher education that are working jobs below their skill and education levels.

Design/methodology/approach: This study has a quantitative, non-probabilistic, non-experimental, transversal, and descriptive approach. Data collection began in September 2018 and ended in November 2018. The sample consisted of 847 cases, divided by regions: 344 from Southeast, 244 from South, 163 from Northeast, 56 from Midwest, and 40 from North.

Findings: It is worth noting that 73% of the respondents did not spend more than one year to professionally enter into the labor market, 20% of graduates are in positions with less than undergraduate education requirements, and 16.6% are not working. In addition, despite being well qualified, the investigated professionals share a structurally fragile occupational scenario, especially about the types of employment contracts practiced, regardless of their sociodemographic characteristics.

Keywords: professional insertion, education, work, Administration, graduates

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a formação de nível superior entre os jovens passou a ser o elo com o mercado de trabalho (Dornelles et al., 2016). Contudo, simultaneamente à ampliação do acesso desse grupo social à formação de nível superior, presencia-se o crescimento do desemprego juvenil (Volkmer-Martins et al., 2019).

Mudanças significativas ocorridas no Brasil, no que tange ao contexto dos empregos, agravadas ainda pelos períodos de crise, proporcionam aos jovens uma segregação de suas trajetórias profissionais (Volkmer-Martins & Rocha-de-Oliveira, 2017). Esse cenário diz respeito a uma escolarização crescente, principalmente entre os jovens das classes populares, visto que há uma relação com a busca por progressão social e profissional do jovem brasileiro, por meio da posse de um diploma e uma boa colocação no mercado de trabalho (Picanço, 2015; Volkmer-Martins & Rocha-de-Oliveira, 2017). Além disso, esses jovens creem que o alcance das oportunidades de empregos mais qualificados depende, exclusivamente, do seu nível de escolaridade. Esse pensamento se associa com a dinâmica do mercado de trabalho, o qual vem exigindo níveis educacionais mais elevados não só para o ingresso, mas também para a permanência no emprego (Tejada et al., 2015; Dornelles et al., 2016).

Fica clara a existência de uma relação direta entre tempo de formação e retorno ao mercado de trabalho, estando o plano de expansão do ensino superior no Brasil associado a políticas cuja atenção se volta para a formação educacional como fundamental ao progresso e ao desenvolvimento, em detrimento das políticas públicas voltadas ao ingresso no mercado de trabalho (Ferrugini & Castro, 2015). Porém, como apontado por Almeida e Ernica (2015), em um ambiente marcado pelas desigualdades na escolaridade, a conquista de um emprego não depende apenas da escolaridade do jovem, mas também de uma estrutura econômica empresarial capaz de garantir uma quantidade suficiente de oportunidades a esses jovens, não se desconsiderando a importância das políticas públicas nesse processo. Quando se trata da inserção profissional, as diferenças de origem social, de raça, de sexo e socioeconômicas, a estrutura e a reprodução de classes sociais são importantes, na medida em que possibilitam a discussão e a reflexão acerca desses aspectos – para além, unicamente, da formação –, que podem exercer influência sobre o processo de inserção, permitindo, até mesmo, questionar a recente expansão do ensino superior no Brasil (Rocha-de-Oliveira & Piccinini, 2012a, 2012b; Volkmer-Martins et al., 2019).

Segundo as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2018b), no último Censo da Educação Superior de 2017, registraram-se 8.290.911 matrículas, 3.226.249 ingressantes e 1.199.769 concluintes em nível superior. Ao ampliarmos a lente para o curso de Administração, percebe-se que seu crescimento está associado à elevação dos Estados Unidos para superpotência no século XX. Nesse cenário, o Brasil foi um dos primeiros países a “escolarizar a administração, criando relativamente cedo escolas, cursos, departamentos e faculdades de administração” (Bertero, 2006, p. 4).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de inserção profissional de egressos do curso de Administração e Administração Pública no Brasil, com idades entre 18 e 36 anos, formados a partir de 2011. Como objetivos específicos, pretende-se evidenciar motivações para escolha do curso, formação dos pais, tempo sem trabalho após a formação, cargos ocupados, trocas de trabalho após a formação e rendimento bruto individual dos egressos.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa com 847 egressos do curso nas cinco regiões brasileiras, no final do segundo semestre de 2018. A escolha dessa realidade tem por fundamento a representatividade do curso de Administração no cenário nacional, o crescimento no número de matrículas (Bertero, 2006; Inep, 2018b), a popularidade desse campo tanto no ensino e na pesquisa quanto profissionalmente (Bertero, 2006), bem como a possibilidade de exploração do contexto de inserção em abrangência nacional.

Em termos de estrutura, o artigo, além deste texto introdutório, apresenta uma discussão referente à inserção profissional, dados estatísticos sobre o curso de Administração, o método da pesquisa, os resultados e, por fim, as considerações finais.

A LENTE DA INSERÇÃO PROFISSIONAL: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A inserção profissional como campo de pesquisa surge com as múltiplas formas de interpretação do momento da vida, representado pela entrada na vida ativa, transição profissional, transição escola-trabalho, entre outros aspectos, vivida pelos indivíduos (Volkmer-Martins et al., 2019). A utilização dessas variadas nomenclaturas remete a períodos distintos da história. A expressão “entrada na vida ativa” (*entrée dans la vie active*), surgida na França nos anos 1960, no campo da psicologia (Nicole-Drancourt, 1996), é substituída por inserção profissional em meados da década de 1970. Inicialmente,

essa alteração se dá em textos legislativos (Alves, 2007), passando, em seguida, a um crescimento dos estudos acerca das dificuldades enfrentadas por um número crescente de jovens, ao finalizar sua formação e ingressar no sistema de emprego, considerando o contexto francês (Volkmer-Martins et al., 2019).

Simultaneamente ao aparecimento de “entrada na vida ativa”, a expressão “entrada no trabalho” (*entry to work*) surge na literatura anglo-saxônica (Maizels, 1970). Essas expressões começaram a cair em desuso nos anos 1970, sendo substituídas na literatura francófona por “inserção profissional”; na anglo-saxônica, por “transição da escola para o trabalho”; e na germânica, por “transição” em sua forma plural (Alves, 2007). Mais do que mudanças de nomenclatura, essas transições ocorridas no conceito de inserção profissional trazem um olhar multidimensional à etapa, uma vez que esta não diz respeito somente à transição profissional, mas também a fatores sociais e culturais relacionados com a aquisição de autonomia, a formação de identidades e de uma nova família, entre outros aspectos (Tartuce, 2007). Conforme destaca Rose (2018), entender a inserção profissional como um processo socialmente construído diz respeito a levar em consideração a influência da estratégia adotada por cada um dos atores envolvidos em tal situação.

Nesse mesmo sentido, Cordeiro (2002) propôs a classificação da inserção profissional em dois tipos diferentes: “inserção profissional qualificante” e “inserção profissional não qualificante”. Assim, segundo o autor, há, no primeiro caso, uma valorização dos recursos humanos por parte da empresa, por meio de políticas de proteção dos trabalhadores, de contratos estáveis, de condições de trabalho mais satisfatórias, de um sistema de progressão na carreira, entre outros elementos que contribuem para o desenvolvimento das competências individuais e coletivas dos trabalhadores. Por sua vez, na inserção profissional não qualificante, verificam-se o uso de contratos precários, a inexistência de políticas de formação dentro da empresa, a falta de um sistema elaborado de progressão na carreira, baixos salários, entre outros fatores que contribuem para uma crescente desvalorização dos trabalhadores (Cordeiro, 2002).

Quanto aos jovens que estão prestes a ingressar na vida adulta, eles são levados cada vez mais para a individualização de suas trajetórias, o que vem ao encontro da ideia de maior capacidade de agência e autodireção permitida por essa, então, fase da vida. Contudo, é fundamental verificar que as estruturas sociais desempenham papel importante nas escolhas, muitas vezes as direcionando (Schwartz et al., 2005).

Assim, é importante frisar que a inserção profissional dos jovens, nos últimos anos, vem sendo marcada pela maior precariedade laboral, situação

que se revela oportuna para aprofundar a discussão sobre a diversidade de trajetórias – que surgem em virtude das diferenças de origem social, de raça, de sexo, socioeconômicas entre o ambiente rural e o urbano, e daquelas existentes entre as regiões do Brasil (Santos, 2013) – e, assim, “ponderar os elementos sociais que influenciam os jovens na construção de suas variadas trajetórias profissionais” (Volkmer-Martins et al., 2019, p. 567).

Estudos anteriores foram realizados nesse sentido, como a investigação sobre a transição escola-trabalho (Rocha-de-Oliveira, 2008), a análise da inserção profissional de estudantes de Administração a partir das experiências de estágio (Rocha-de-Oliveira & Piccinini, 2012b), a diferença de oportunidades entre gênero em função de segmentação de mercado (Santos, 2015; Mariano et al., 2018), a influência da escolaridade dos pais no progresso acadêmico e financeiro dos filhos (Corrêa & Lima, 2015; Longo & Vieira, 2017; Barrozo, 2017) e a influência da classe e da raça no processo de mobilidade social (Santos & Gimenez, 2015; Ribeiro, 2016) em sentido mais amplo na linha de mobilidade social francesa (Lemos et al., 2009).

Há também outras pesquisas, como as que confrontam essa vertente de inserção, valorizando a teoria do capital humano (Schultz, 1967), e o estudo de Bourdieu (1988), que questiona a relação entre qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho em formandos de Administração de uma universidade do Rio de Janeiro (Lemos et al., 2011). Por fim, quando se considera o processo de inserção profissional como uma importante etapa e como um fator de mobilidade social, por meio do qual se tornam visíveis as possíveis desigualdades de oportunidades de ascensão social, faz-se importante estudar o contexto sócio-histórico brasileiro, levando em conta aspectos como a estrutura e a reprodução de classes sociais, e os demais mecanismos sociais e culturais que trazem importantes contribuições para se pensar a inserção profissional no Brasil.

O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: O QUE MOSTRAM AS ESTATÍSTICAS DO INEP?

As instituições de ensino superior, em atendimento ao Decreto nº 6.425/2008, devem, anualmente, apresentar os números dos seus quadros discente e docente. Por meio deles, foi possível apresentar os dados preliminares do ano de 2017¹, os quais registraram 2.448 instituições de ensino superior: 199

¹ Até o início da sistematização dos dados para a pesquisa, os dados do ano de 2018 ainda não haviam sido divulgados, pois são publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre setembro e outubro do ano seguinte.

universidades (106 públicas e 93 privadas); 189 centros universitários (oito públicos e 181 privados); 2.020 faculdades (142 públicas e 1.878 privadas); e 40 instituições, entre institutos federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), ambos públicos (Inep, 2018b). Apesar de as universidades representarem somente 8,1% do total de instituições, elas responderam por 53,6% das matrículas no ano de 2017, isto é, 4.443.601 matrículas. Em contrapartida, as faculdades corresponderam a 82,5% das instituições brasileiras, porém o percentual de matrículas estava na ordem de 25% (2.070.747 matrículas) (Inep, 2018b).

O Censo da Educação Superior de 2017 (Inep, 2018b) demonstra um comparativo anual de matrículas, a partir do ano de 2007, em nível de graduação. Nesse intervalo, observa-se um aumento de 56,4% no número de matrículas, com uma média de evolução anual de 4,6%. Assim, encerrou-se o ano de 2017 com 8.290.911 brasileiros matriculados. Por estrato, tem-se que 75,3% das matrículas registradas (6.241.307) são estabelecidas pela iniciativa privada, enquanto a rede pública de ensino possui apenas 24,7% de participação (2.045.356). Nesse contexto, considerando o período entre os anos de 2007 e 2017, o percentual de matrículas nas instituições privadas no país foi de 59,4% e de 53,2% nas instituições públicas (Inep, 2018b).

Por meio do último *Resumo técnico: Censo da educação superior 2016*, sabe-se que os cursos de Direito, Administração e Pedagogia apresentam o maior número de matrículas, sendo, respectivamente, 862.324, 710.984 e 679.286 matriculados no ano de 2016 (Inep, 2018a). Quando se observam os dados atualizados, em 2017 o curso de Direito chegou a 879.234 matrículas, Administração teve uma redução (682.555 matrículas) e Pedagogia obteve 714.345 matrículas (Inep, 2018b).

A partir das Sinopses Estatísticas do Inep, é possível percorrer a série histórica de 2001 a 2017 referente ao curso de Administração, em que se evidenciam as matrículas, os ingressantes² e os concluintes. As duas grandes áreas foram Administração e Administração Pública, nas modalidades presencial e educação a distância (EaD). A Tabela 1 sintetiza as matrículas para ambos os cursos e para as duas modalidades.

² Correspondem aos alunos com o ano de ingresso no curso superior igual ao ano de referência.

Tabela 1
Matrículas em Administração e Administração Pública nas modalidades presencial e EaD

Curso/modal.	Ano - 20XX																
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
ADM.	356,1	454,4	530,7	583,6	626,3	654,1	680,6	714,4	604,5	705,6	702,9	668,9	643,0	623,3	585,6	524,9	481,7
EAD					106,1	40,1	116,3	217,0	128,1	140,2	164,0	157,9	178,5	181,2	186,0	200,7	
ADM. PUB.	145	314	596	1,0	1,8	2,6	3,7	4,0	6,2	7,3	8,5	12,1	12,1	12,9	14,1	14,2	14,6
EaD					3,1	4,6	7,4	19,6	34,6	38,1	36,0	40,7	48,4	49,0	47,3	58,8	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Devido às inconsistências na divulgação, os dados da modalidade EaD só foram oficialmente padronizados a partir de 2006. Os dados são apresentados em milhar.

O curso de Administração, apesar de apresentar uma elevação entre 2001 e 2008, decresce gradativamente a partir de 2009, mesmo com um crescimento em 2010 (de 604.581 para 705.690 matrículas). Por sua vez, a Administração Pública se manteve em crescimento, com destaque para o período entre 2012 e 2017. Sobre a modalidade EaD, cabe destacar que a primeira publicação de dados referente ao formato ocorreu em 2006. Portanto, a Tabela 1 apresenta a série temporal 2006-2017 para a análise dos cursos de Administração e Administração Pública. No curso de Administração, aponta-se que o salto de matrículas ocorreu entre 2007 e 2009, passando de 40.101 para 217.057 e, em 2010, esse número baixou para 128.186 matriculados. Há, porém, uma retomada do crescimento entre 2010 e 2014, com atenção especial aos períodos de 2013 e 2014. Quanto à Administração Pública, a evolução mais significativa ocorreu entre 2007 e 2010, partindo de 4.604 para 34.611 registros de matrículas. Entre 2010 e 2016, observa-se pouca oscilação, contudo outro salto perceptível foi entre 2016 e 2017, no qual se passa de 47.330 para 58.870 matrículas, isto é, 11.540 matrículas a mais em relação ao ano de 2016.

A Tabela 2 apresenta um panorama sobre os cursos de Administração e Administração Pública na série histórica de 2009 a 2017 na modalidade EaD. De acordo com o levantamento, é possível observar que o curso de Administração cresceu exponencialmente entre 2009 e 2012, saindo de 4.646 para 22.743 concluintes nesse último ano. Apesar do declínio no ano de 2013, a partir de 2015, nota-se uma elevação (7.667 concluintes a mais em relação a 2013), com baixa oscilação até o ano de 2017. Quanto ao curso de Administração Pública, recorta-se o biênio 2010-2011 por apresentar um aumento no número de concluintes (de 4.010 para 10.092). Mesmo com queda verificada em 2013, o curso mantém poucas alterações no número de concluintes na EaD.

Tabela 2

Número de concluintes em Administração e Administração Pública na modalidade EaD

Curso/modalidade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ADM. EaD	4,6	8,4	14,0	22,7	18,1	18,2	25,7	24,7	26,3
ADM. PUB. EaD	5,4	4,0	10,0	9,2	4,9	9,4	9,6	11,3	10,9

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dados sobre os concluintes nessa modalidade de ensino estão sistematizados somente a partir de 2009. Os dados são apresentados em milhar.

Com relação aos ingressantes e concluintes do curso de Administração nos anos de 2016 e 2017, tanto no formato presencial quanto no modelo a distância, salienta-se que o total de ingressos em ambas as modalidades é superior ao número de concluintes nos dois anos analisados. Para a análise do curso de Administração Pública, a mesma situação se repete: o número de ingressantes é superior ao número de concluintes. Nesse caso, destacam-se os ingressos na modalidade EaD, nos dois anos analisados, conforme apresenta a Tabela 3.

Tabela 3

Ingressantes e concluintes em Administração e Administração Pública nas modalidades presencial e EaD

Administração		2016	2017	Administração Pública		2016	2017
Presencial	Ingressantes	143,5	137,6	Presencial	Ingressantes	4,6	5,4
	Concluintes	93,5	85,9		Concluintes	2,7	2,7
EaD	Ingressantes	90,1	100,9	EaD	Ingressantes	21,3	38,3
	Concluintes	24,7	26,3		Concluintes	11,3	10,9

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dados são apresentados em milhar.

Após a discussão acerca da inserção profissional e do panorama dos cursos de Administração e Administração Pública no Brasil, o percurso metodológico que guia a presente pesquisa é relatado.

MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa tem enfoque quantitativo, lançando mão de um processo “sequencial e comprobatório [...], baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias” (Sampieri et al., 2013, p. 30). É caracterizada ainda como não probabilística, não experimental, transversal e descritiva.

Deste estudo, participaram egressos do curso de Administração e Administração Pública, com idades entre 18 e 36 anos, formados a partir de 2011, situados nas cinco regiões brasileiras. A escolha desse recorte visa atender à teoria de inserção profissional, que se propõe a compreender as situações socioeconômica, laboral e formativa dos jovens (Galland, 2000; Dubar, 2001;

Alves, 2007; Tartuce, 2007; Rocha-de-Oliveira & Piccinini 2011). É importante salientar que, no mercado de trabalho, considera-se jovem o indivíduo com idade entre 15 e 29 anos (Silva & Silva, 2011), contudo a idade mínima da amostra foi de 18 anos. As formas de acesso à amostra reforçam o caráter não probabilístico deste estudo, pois o contato com os egressos foi predominantemente por *e-mail* e pelas redes sociais.

Diferentes estratégias de acesso foram adotadas, tais como: 1. criação de uma página em rede social; 2. envio de mensagens por três principais redes sociais; 3. adesão dos pesquisadores a grupos de discussão sobre oportunidades de trabalho, concursos, associações profissionais e instituições de ensino; 4. contato com diferentes instituições de ensino superior no âmbito das coordenações de curso, dos comitês de ética, dos grupos de pesquisa, dos departamentos de comunicação e eventos, das ouvidorias e dos contatos *alumni*; 5. solicitações de veiculação da pesquisa em diferentes canais da internet (*blogs*, *sites* especializados e páginas de instituições de ensino); e 6. utilização das redes de contato dos pesquisadores.

Em decorrência disso, gerou-se uma espécie de bola de neve, em que as pessoas foram repassando a pesquisa e os indivíduos não puderam ser “sorteados ao acaso”, ou seja, não tiveram a mesma possibilidade de participar da amostra, algo que caracteriza uma amostra probabilística.

A Sinopse Estatística de 2016³ serviu de parâmetro para a estratificação das regiões. A partir dela, elaborou-se a Tabela 4, que apresenta a representatividade (em percentual) das regiões do país em relação ao total de concluintes em 2016 e a proporcionalidade de cada região do Brasil no estudo. Buscou-se descobrir o percentual de representação de cada região em relação ao total de concluintes para o cálculo da amostra, que, apesar de ser não probabilística, indica o quão distante se está do ideal.

Após a definição da amostra procedeu-se à coleta de dados. O período teve início em setembro de 2018 e término em novembro do mesmo ano. Ao todo, foram alcançados 1.686 casos em todo o Brasil. Desses, excluíram-se 135, pois não atendiam sobretudo aos critérios de idade, entre 18 e 36 anos, além de os indivíduos serem egressos do curso de Administração. Nesses últimos casos, alguns indivíduos estavam em fase de conclusão do curso e outros possuíam formações em diferentes áreas. Assim sendo, obteve-se uma amostra válida de 1.551 casos, estratificados da seguinte forma: 63 (Norte),

³ Optou-se pela Sinopse Estatística da Educação Superior de 2016 porque os Censos da Educação Superior do Inep são divulgados no *site* institucional, geralmente, entre os meses de setembro e outubro do ano seguinte. Sendo assim, a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2017 foi divulgada somente em 20 de setembro de 2018.

226 (Nordeste), 738 (Sudeste), 429 (Sul) e 95 (Centro-Oeste). Essa amostra apresentou-se como aproximadamente representativa, uma vez que se caracteriza como não probabilística e os respectivos valores deveriam ser coletados para a quantidade de casos alcançados.

Tabela 4

Representatividade e proporcionalidade das regiões brasileiras em relação ao total de concluintes

	Concluintes (2016)	Representatividade das regiões (%)	Amostra esperada (para 1.551)	Amostra obtida (para 1.551)	Proporção obtida (%)
Norte	14.423	5,97%	93	63	4,06%
Nordeste	38.363	15,87%	246	226	14,57%
Sudeste	120.412	49,81%	773	738	47,58%
Sul	45.780	18,94%	294	429	27,66%
Centro-Oeste	22.769	9,42%	146	95	6,13%
Total	241.747	100%	1.551	1.551	100%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Censo da Educação Superior de 2016 (Inep, 2017).

Alguns fatores ao longo do processo de coleta de dados puderam influenciar as amostras alcançadas no estudo. Primeiro, o fato de os pesquisadores pertencerem à Região Sul do país fez com que se obtivesse uma amostra superior à necessária. Logo, a exclusão dos participantes poderia ser feita, contudo haveria perda de informações significativas para compreender os fenômenos estudados nessa região. Segundo, o uso da Sinopse Estatística de 2016 serviu de base para o cálculo das proporções e, com isso, obteve-se uma *ideia* do número de concluintes por região, não estando a pesquisa distante da realidade. Por esses motivos, todos os valores obtidos são aceitáveis para o estudo.

Diante disso, dentro da amostra alcançada de 1.551 egressos, 847 deles atenderam ao critério estabelecido. Quanto à distribuição das respostas, obtivemos os seguintes números: 344 egressos do Sudeste, 244 do Sul, 163 do Nordeste, 56 do Centro-Oeste e 40 da Região Norte do país.

Preliminarmente, no que concerne ao instrumento de pesquisa, optou-se pela aplicação do questionário elaborado por Volkmer-Martins (2016), com 107 questões, no qual a autora aborda os construtos de inserção profissional e a mobilidade social dos jovens estudantes e egressos dos cursos tecnológicos da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Com base

no modelo francês de inserção profissional, o instrumento elaborado por Volkmer-Martins (2016) teve como fundo teórico autores como Cordeiro (2002), Hasenbalg (2003), Souza (2006, 2012), Peugny (2007, 2014), Bourdieu (2015) e Rocha-de-Oliveira (2012). Para o presente estudo, o foco recai sobre elementos do construto de inserção profissional, mais especificamente sobre sete questões-chave do instrumento original que auxiliam a compreender o processo de inserção profissional de egressos dos cursos de Administração e Administração Pública no Brasil. Para a análise dos dados, utilizou-se o *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), realizando testes estatísticos descritivos bivariados, como de frequência e médias. Feita a apresentação metodológica da pesquisa, dar-se-á início à análise e à discussão dos dados.

OS EGRESSOS NO BRASIL: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As análises e discussões seguintes são correspondentes aos cursos de Administração e Administração Pública, não sendo consideradas as demais ênfases possíveis, em razão da pouca representatividade. Inicialmente, abordam-se as motivações para o ingresso no curso de Administração, além das principais ocupações dos pais dos egressos, do tempo necessário para a inserção profissional após o término do curso, dos principais cargos ocupados pelos respondentes e da rotatividade nos cargos depois da conclusão do curso. Por fim, realiza-se o cruzamento de rendas brutas mensais individuais dos egressos.

O Conselho Federal de Administração (CFA, 2015) realizou uma pesquisa com o propósito de obter as principais razões da escolha do curso de Administração. Encontraram-se quatro razões principais: formação generalista e abrangente (18,72%), existência de amplo mercado de trabalho (15,17%), vocação (15,14%) e atuação na área e desejo de aprofundar conhecimentos (11,18%). No presente estudo, avaliaram-se as motivações para ingresso no curso de Administração, por meio de uma questão em que os respondentes poderiam escolher mais de uma alternativa. Nesse quesito, o destaque ficou para identificação com o curso, assinalada por 66,4% dos respondentes, que exibiu o maior percentual em todas as regiões. As outras alternativas apresentaram os seguintes percentuais: a intenção de realizar concurso obteve 22,1%, a influência familiar também obteve 22,1%, ter experiência na área representou 21,3% dos respondentes, ausência de opções interessantes para 19,7%, progressão no cargo para 15,3% e o fato de o

curso ser noturno correspondeu à parcela de 13,3%. Para além dos percentuais, os dados mostram-se relevantes ao ampliarem as opções observadas em pesquisas anteriores relativas às razões para a escolha de se realizar o curso de Administração.

Verificamos outras pesquisas, como a de Sales et al. (2017), que realizaram um estudo com 108 discentes, dos 698 matriculados no curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nessa pesquisa, 43% dos respondentes mencionaram a intenção de atuar no serviço público, decisão tomada antes do ingresso no curso. Na análise desses autores, a decisão estaria associada à busca por estabilidade e melhor remuneração, já que, entre 2003 e 2014, 234.998 pessoas ingressaram no serviço público, o que representa um percentual significativo do emprego formal no país. Poucos estudos tratam da ausência de opções de interesse entre as motivações para o ingresso no curso de Administração, opção que obteve destaque nos resultados desta pesquisa.

A grande frequência de respostas com identificação com o curso levou os autores a buscar se existiria relação com a formação dos pais dos egressos, e percebeu-se que 8,3% dos pais (homens) e 4,3% das mães são formados em Administração. Em nível de graduação, somente 15,2% dos homens completaram um curso superior, estando assim dispersos nas regiões: Sul = 19,3%, Norte = 12,5%, Nordeste = 11%, Centro-Oeste = 12,5% e Sudeste = 15,1%. Para as mães, apenas 16,5% possuem alguma formação superior, resultado que se dispersa entre as regiões desta forma: Sul = 18,9%, Norte = 10%, Nordeste = 13,5%, Centro-Oeste = 14,3% e Sudeste = 17,4%. A Tabela 5 sintetiza os dados de destaque quanto à formação superior dos pais e das mães dos egressos por cor/raça.

Tabela 5

Principais ocupações dos pais por cor/raça/etnia dos egressos

	Negros	Brancos	Pardos	Amarelos
Pais	Direito	Administração	Administração	Administração
	Engenharia Mecânica	Ciências Contábeis	Direito	Odontologia
	Letras	Direito	Engenharia Civil	Pedagogia
	Pedagogia	Engenharia Civil	Geografia	Química
Mães	Letras	Administração	Letras	Pedagogia
	Pedagogia	Ciências Contábeis	Pedagogia	Letras
	Serviço Social	Biologia	Serviço Social	Matemática
		Direito		Enfermagem
		Letras		Ciências Contábeis

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 6 evidencia o tempo após a formação em Administração para inserção profissional discriminada por região.

Tabela 6

Tempo sem trabalho após a formação por região do país

		Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Total
0 mês	Número absoluto	139	21	78	20	185	443
	Entre as regiões	31,38%	4,74%	17,61%	4,51%	41,76%	100,00%
	Internamente	56,97%	52,50%	47,85%	37,74%	53,78%	
De 1 a 5 meses	Número absoluto	37	6	30	10	62	145
	Entre as regiões	25,52%	4,14%	20,69%	6,90%	42,76%	100,00%
	Internamente	15,16%	15,00%	18,40%	18,87%	18,02%	
De 6 a 12 meses	Número absoluto	38	4	20	9	37	108
	Entre as regiões	35,19%	3,70%	18,52%	8,33%	34,26%	100,00%
	Internamente	15,57%	10,00%	12,27%	16,98%	10,76%	
De 13 a 24 meses	Número absoluto	14	6	15	11	36	82
	Entre as regiões	17,07%	7,32%	18,29%	13,41%	43,90%	100,00%
	Internamente	5,74%	15,00%	9,20%	20,75%	10,47%	
De 25 a 36 meses	Número absoluto	5	0	9	2	5	21
	Entre as regiões	23,81%	0,00%	42,86%	9,52%	23,81%	100,00%
	Internamente	2,05%	0,00%	5,52%	3,77%	1,45%	
Mais de 3 anos	Número absoluto	11	3	11	4	19	48
	Entre as regiões	22,92%	6,25%	22,92%	8,33%	39,58%	100,00%
	Internamente	4,51%	7,50%	6,75%	7,55%	5,52%	

Fonte: Elaborada pelos autores.

No geral, os formados permaneceram entre um e 24 meses sem trabalho após a conclusão do curso, o que representa 26,8% da amostra, com destaque para as Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Já 12,8% dos pesquisados, principalmente do Sul, Nordeste e Sudeste, afirmaram terem permanecido sem trabalho depois da conclusão do curso entre seis e 12 meses. Em contrapartida, na Região Norte, 52,5% dos egressos não ficaram sem trabalho após a formação. Os dados demonstram o alto nível de empre-

gabilidade da área, visto que, em todas as regiões, o percentual de egressos que conseguiu sua inserção profissional no primeiro ano, após a conclusão de sua formação, foi superior a 73%.

Em relação aos cargos ocupados, os mais citados foram: administrador(a), analista administrativo(a), assistente administrativo(a), auxiliar administrativo(a), coordenador(a), gestor(a) e professor(a), conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7

Principais cargos ocupados pelos egressos por região do país

Cargos	Sul		Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Administrador(a)	10	4,10%	2	5,00%	6	3,68%	3	5,66%	28	8,14%
Analista administrativo(a)	33	13,52%	5	12,50%	13	7,98%	6	11,32%	52	15,12%
Assistente administrativo(a)	33	13,52%	5	12,50%	26	15,95%	8	15,09%	39	11,34%
Auxiliar administrativo(a)	21	8,61%	3	7,50%	10	6,13%	6	11,32%	40	11,63%
Coordenador(a)	9	3,69%	1	2,50%	9	5,52%	-	-	10	2,91%
Gestor(a)	18	7,38%	1	2,50%	17	10,43%	3	5,66%	40	11,63%
Professor(a)	12	4,92%	3	7,50%	12	7,36%	5	9,43%	13	3,78%
Empresário(a)	5	2,05%	-	-	1	0,61%	-	-	7	2,03%
Estudante de pós-graduação	12	4,92%	-	-	-	-	1	1,89%	5	1,45%
Outros	34	13,93%	5	12,50%	12	7,36%	10	18,87%	52	15,12%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados apresentados corroboram a pesquisa do CFA (2015), em que são elencados os principais cargos informados pelos egressos investigados, a saber: gerência = 18,64%, analista = 18,26%, coordenação = 8,32%, empresário = 7,07%, diretoria = 6,44%, técnico = 5,92%, assessoria = 5,49%, supervisão = 4,99%, assistência = 4,95% e auxiliar = 4,80%. Os cargos de analista, auxiliar, gerência e assistência compuseram grande parte das posições profissionais entre 2012 e 2015 (CFA, 2015). Indo além, é possível corroborar a pesquisa quando se apresenta a relação entre cargo e

tempo de formação. Conforme a pesquisa, no intervalo de 2012 a 2015, os quatro principais cargos foram analista, auxiliar, gerência e assistência (CFA, 2015). Os resultados da presente investigação mostram que esses cargos ainda permanecem entre os mais ocupados pelos egressos do curso. Destaca-se ainda que cargos como assistente e auxiliar normalmente apresentam exigências de escolaridade inferiores à graduação em Administração, algo que se demonstrou como realidade para mais de 20% dos respondentes.

É importante salientar que há também uma parcela de egressos que assumiram posições profissionais fora de sua área de formação e, algumas vezes, consideradas ocupações inferiores ou operacionais. Nesse aspecto, destacam-se alguns cargos: vendedor, motorista, técnico em telecomunicações, operador de caixa e instrutor de cursos.

Em relação às trocas de trabalho após a formação, a Tabela 8 oferece um panorama sobre os dados coletados, com destaque para os 39,1% dos pesquisados que continuam na mesma organização. Avançando a análise, é possível notar que 23% disseram ter trocado de trabalho pelo menos uma vez, em especial os egressos do Sul e do Sudeste. Além disso, verifica-se um equilíbrio entre o grupo que não está trabalhando (16,6%) e o grupo que trocou entre duas e três vezes de trabalho (16,5%). No primeiro grupo, as regiões Sul, Nordeste e Sudeste predominam, enquanto, no segundo grupo, apenas os egressos do Sul e do Sudeste são mais frequentes.

Tabela 8

Trocas de trabalho após a formação no ensino superior por região do país

		Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Total
1 vez	Número absoluto	61	13	30	11	80	195
	Entre as regiões	31,28%	6,67%	15,38%	5,64%	41,03%	100,00%
	Internamente	25,00%	32,50%	18,40%	20,75%	23,26%	
De 2 a 3 vezes	Número absoluto	45	5	17	11	62	140
	Entre as regiões	32,14%	3,57%	12,14%	7,86%	44,29%	100,00%
	Internamente	18,44%	12,50%	10,43%	20,75%	18,02%	
4 ou mais vezes	Número absoluto	5	0	3	2	10	20
	Entre as regiões	25,00%	0,00%	15,00%	10,00%	50,00%	100,00%
	Internamente	2,05%	0,00%	1,84%	3,77%	2,91%	

(continua)

Tabela 8 (conclusão)

Trocas de trabalho após a formação no ensino superior por região do país

		Sul	Norte	Nordeste	Centro- -Oeste	Sudeste	Total
Nenhuma, e não estou trabalhando no momento	Número absoluto	35	9	41	9	47	141
	Entre as regiões	24,82%	6,38%	29,08%	6,38%	33,33%	100,00%
	Internamente	14,34%	22,50%	25,15%	16,98%	13,66%	
Nenhuma, pois nunca trabalhei	Número absoluto	4	1	6	4	5	20
	Entre as regiões	20,00%	5,00%	30,00%	20,00%	25,00%	100,00%
	Internamente	1,64%	2,50%	3,68%	7,55%	1,45%	
Nenhuma, trabalho na mesma organização	Número absoluto	94	12	66	19	140	331
	Entre as regiões	28,40%	3,63%	19,94%	5,74%	42,30%	100,00%
	Internamente	38,52%	30,00%	40,49%	35,85%	40,70%	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Seguindo a análise, a Tabela 9 resume os rendimentos brutos mensais dos egressos por gênero, idade, cor/raça/etnia e instituição de ensino. De acordo com os dados, tendo como referência o salário, quando analisado por gênero, observa-se que o rendimento médio das mulheres é de R\$ 2.832,01 e o dos homens de R\$ 3.552,89, uma diferença de aproximadamente 19% entre os valores. Por faixa de idade, os egressos que possuem entre 18 e 24 anos recebem, em média, R\$ 1.864,16, rendimento relativamente superior àquele divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2018), de R\$ 1.348, para as pessoas ocupadas no Brasil na faixa etária de até 29 anos. Comparativamente aos dados do Dieese (2018), o rendimento bruto médio mensal de R\$ 3.157,05 dos egressos com idade entre 25 e 30 anos se mantém superior a todas as faixas etárias superiores àqueles com 29 anos. Entre as faixas de idade, os maiores rendimentos familiares estão concentrados nos egressos com idade entre 31 e 36 anos, com o valor de R\$ 9.812,90.

Tabela 9

Rendas brutas mensais médias por demarcadores sociais e níveis e tipos de ensino

		Renda bruta mensal individual (R\$)	Comparação com o total da amostra (%)	
Gênero	Masculino	R\$ 3.522,89	100,00%	
	Feminino	R\$ 2.832,01	80,39%	
Idade	De 18 a 24 anos	R\$ 1.864,16	52,92%	
	De 25 a 30 anos	R\$ 3.157,05	89,62%	
	De 31 a 36 anos	R\$ 4.334,97	123,05%	
Cor/raça	Amarelo	R\$ 2.602,22	73,87%	
	Branco	R\$ 3.570,81	101,36%	
	Indígena	R\$ 800,00	22,71%	
	Negro	R\$ 2.022,59	57,41%	
	Pardo	R\$ 2.605,00	73,94%	
Ensino médio	Privado	R\$ 4.069,70	115,52%	
	Público	R\$ 2.664,52	75,63%	
Ensino médio	Privado	Amarelo	R\$ 3.212,73	91,20%
		Branco	R\$ 4.519,86	128,30%
		Indígena	-	
		Negro	R\$ 2.609,09	74,06%
		Pardo	R\$ 2.959,87	84,02%
	Público	Amarelo	R\$ 1.642,86	46,63%
		Branco	R\$ 2.927,60	83,10%
		Indígena	R\$ 800,00	22,71%
		Negro	R\$ 1.885,32	53,52%
		Pardo	R\$ 2.496,77	70,87%
Instituição de ensino superior pública	Privada	R\$ 2.959,79	84,02%	
	Pública	R\$ 3.374,63	95,79%	

(continua)

Tabela 9 (conclusão)

Rendas brutas mensais médias por demarcadores sociais e níveis e tipos de ensino

		Renda bruta mensal individual (R\$)	Comparação com o total da amostra (%)	
Instituição de ensino superior	Privada	Amarelo	R\$ 1.299,89	36,90%
		Branco	R\$ 3.322,27	94,31%
		Indígena	-	
		Negro	R\$ 1.826,31	51,84%
		Pardo	R\$ 2.589,59	73,51%
	Pública	Amarelo	R\$ 3.915,56	111,15%
		Branco	R\$ 3.872,76	109,93%
		Indígena	R\$ 800,00	22,71%
		Negro	R\$ 2.204,06	62,56%
		Pardo	R\$ 2.626,16	74,55%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dando ênfase aos percentuais sobre os rendimentos brutos mensais dos egressos, as reproduções de diferença salarial no mercado de trabalho são evidentes. Tomando-se como referência o salário médio dos homens, nota-se que as mulheres auferem 80,39% do rendimento médio da amostra, os egressos de escola pública ganham 75,63% e os negros recebem 57,41% do valor de referência. Os egressos negros, quando separados entre os formados em escolas de ensino médio públicas e privadas, ainda permanecem com menores rendimentos em relação à média da amostra: 60% e 83%, respectivamente. De acordo com a pesquisa do Dieese (2018), em números absolutos, os egressos de etnia negra possuem rendimento tangente ao dos ocupados com idades entre 30 e 39 anos (R\$ 2.192,00), e os egressos pardos se aproximam ao rendimento médio dos ocupados de 50 anos ou mais (R\$ 2.683,00).

Segundo Mariano et al. (2018), uma forma de explicar as diferenças salariais entre etnias e gênero é a segmentação dos postos de trabalho, que classifica as ocupações conforme a sua natureza e apresenta diferenças de acordo com as características do segmento, tais como rotatividade da mão de obra, salários, condições de trabalho, produtividade do trabalho e uso da tecnologia. A segmentação do mercado de trabalho representa um aspecto significativo na geração de diferenças de renda entre grupos sociais distintos

(Santos, 2015). Cabe destacar ainda que tais desigualdades foram percebidas entre os indivíduos de uma mesma profissão, o que reforça a existência de uma segmentação de oportunidades interna, que se reflete na produção de diferenças de gênero, raça e classe social.

A pesquisa do CFA (2015) apontou que a média salarial dos egressos pesquisados era de 9,24 salários-mínimos (SM), sendo, na época do estudo, no ano de 2015, o salário-mínimo de R\$ 788,00. Por faixas salariais, observa-se que 20% deles recebiam mensalmente até três SM, 46% entre 3,1 e dez SM, 16% entre 10,1 e 15 SM, e 18% recebiam acima de 15,1 SM. No contexto nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) demonstrou que o rendimento médio mensal dos homens se estabelece em R\$ 2.306,00 e o das mulheres em R\$ 1.764,00. Ou seja, os homens e as mulheres investigados na presente pesquisa possuem rendimentos acima da média nacional.

Os dados apresentados buscaram mostrar um panorama sobre o perfil sócio-ocupacional dos jovens egressos do curso de Administração no Brasil, o que envolveu a inserção profissional deles e a relação desta com a formação e as trajetórias profissionais, de modo a evidenciar alguns recortes regionais acerca desses egressos. Os resultados vão de encontro ao resultado obtido por Lemos et al. (2011), os quais, a partir da origem de grupos, não conseguiram identificar diferenças na qualidade das ocupações obtidas, pois tanto indivíduos oriundos de famílias mais abastadas quanto os menos favorecidos obtiveram empregos de qualidade, o que endossa o pressuposto de Schultz (1967) sobre a importância da educação. Tal achado estaria associado ao estabelecimento, por parte do mercado de trabalho, de certa credencial de diferenciação aos indivíduos que possuem diplomas de determinadas instituições de ensino renomadas, mas, ao mesmo tempo, demonstra uma das contribuições deste estudo: a evidenciação da heterogeneidade na qualidade entre os cursos de Administração no país decorrente, em especial, da massificação do ensino (Rocha-de-Oliveira & Piccinini, 2012b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Direito, Pedagogia e Administração são os cursos superiores que mais apresentam crescimento no número de matrículas no Brasil. Nessa perspectiva e considerando a familiaridade dos pesquisadores com o curso de Administração, optou-se por estudá-lo. Assim sendo, este estudo teve como principal propósito analisar o processo de inserção profissional de egressos do curso de Administração e Administração Pública no Brasil, com idades entre

18 e 36 anos, formados a partir de 2011. Considerando o campo como ciência e ambiente de pesquisa e de trabalho, pretendeu-se aqui apresentar e discutir os dados coletados dando luz às trajetórias sócio-ocupacionais de egressos da área, os quais compartilham um cenário de múltiplas transformações sociais e profissionais.

Tendo em vista o cenário de crise que se faz presente no mercado de trabalho, é possível destacar o contingente de profissionais bem qualificados em situação de desemprego, em trabalhos informais e, muitas vezes, subocupados, dando indícios à ampliação de uma inserção não qualificante no trabalho. Como um problema generalizado, que perpassa diferentes idades, classes, gêneros e cores/raças/etnias, esse agravante no mercado laboral recai, principalmente, sobre os indivíduos com ensino superior, os quais mostram o enfrentamento de uma condição de trabalho aquém de suas competências e sua escolaridade.

Entre os achados relevantes do presente estudo, podem-se citar a influência da identificação com o curso e a busca por realização de concurso público como os maiores motivadores para escolha de ingresso em Administração. Com relação ao tempo de inserção profissional ao término do curso, verificou-se que 73% dos respondentes não passaram mais de um ano para conseguí-la. Em relação aos cargos ocupados, os mais citados foram: administrador(a), analista administrativo(a), assistente administrativo(a), auxiliar administrativo(a), coordenador(a), gestor(a) e professor(a). Apresenta-se uma ressalva de que aproximadamente 20% dos egressos encontram-se em cargos de assistente ou auxiliar, que normalmente estão atrelados a requisitos de escolaridade inferiores à graduação em Administração. Com relação à rotatividade, constatou-se uma diversidade de trajetórias, em que aproximadamente 40% dos respondentes mudaram de trabalho entre uma e três vezes, e um percentual similar continua no mesmo emprego do início de sua carreira. Outro ponto que chama a atenção refere-se ao fato de que 16,6% de egressos não estão trabalhando, com destaque negativo para as regiões Norte e Nordeste, que apresentam percentual de 22,5% e 25,15%, respectivamente. Com relação à renda, verificou-se um salário médio acima da média nacional, contudo com recortes de defasagem de salários para mulheres e negros e ensino médio em escola pública.

Objetivando a continuidade das pesquisas sobre a temática, lançam-se algumas sugestões de pesquisas futuras: 1. estudos que busquem a relação entre os construtos de inserção profissional, em especial os marcadores sociais de diferença, como gênero, classe e cor/raça/etnia; 2. estudos que investiguem a inserção profissional em outros cursos, pontuando questões de gênero, classe e cor/raça/etnia, bem como os entendimentos sobre inserção;



3. estudos que analisem as Sinopses Estatísticas do Inep em detalhes, buscando associação com diferentes indicadores econômicos nacionais; 4. estudos que analisem as Sinopses Estatísticas dos cursos superiores de maior número de matrículas no Brasil, tais como Direito, Pedagogia e Administração, com o propósito de fazer um comparativo das evoluções desses cursos e dos impactos sobre a inserção profissional e a mobilidade social de seus egressos; 5. estudos que explorem as tipologias de inserção profissional propostas por Ramos et al. (2014) em múltiplos contextos sociais, comparando cursos superiores distintos, em diferentes proporções geográficas, e que avaliem as condições de inserção após seis ou setes anos de formação, sobretudo com base nos quadros teóricos da perspectiva francesa de análise da inserção profissional.

Reforça-se que o estudo buscou evidenciar a realidade de inserção profissional dos jovens administradores a partir de uma amostra de abrangência nacional, em que a heterogeneidade dos cursos de Administração mostra-se como uma contribuição por permitir comparações e para possíveis reformulações neles. Assim, também visa fomentar o acompanhamento de egressos por parte das instituições de ensino e servir de subsídio para a constituição de políticas públicas mais efetivas para a inserção profissional, hoje ainda associada à subocupação e à reprodução de diferenças quando se consideram marcadores sociais relativos aos jovens e, neste estudo, jovens administradores brasileiros.

Ao mesmo tempo, o trabalho perseguiu o objetivo de fortalecer as discussões sobre desigualdades sociais e ocupacionais por meio dos egressos de Administração, enfatizando questões de classe, gênero e raça/cor/etnia. Certamente, este estudo não tem por pretensão encerrar as discussões sobre os temas, tampouco na Administração. Pelo contrário, há de se instigar novas perspectivas de estudo sob diferentes lentes e, nesse sentido, apresenta-se como proposta de agenda de pesquisa a necessidade de que outros cursos venham a ser analisados sob diferentes perspectivas, buscando dar sequência aos estudos referentes à inserção profissional dos jovens no país, de modo a possibilitar, futuramente, a construção de um panorama dessa realidade.

REFERÊNCIAS

Almeida, A. M. F., & Ernica, M. (2015). Inclusão e segmentação social no ensino superior público no estado de São Paulo (1990-2012). *Educação & Sociedade*, 36(130), 63–83. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015139672>

- Alves, N. (2007). *Inserção profissional dos jovens: Do problema social ao objecto sociológico*. <http://spa.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/insercao-profissional-jovens-problema-social.pdf>
- Barrozo, J. C. (2017). Mobilidade social no garimpo: Herança ou esforço pessoal? *Novos Cadernos NAEA*, 20(1), 135–151. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i1.4425>
- Bertero, C. O. (2006). *Ensino e pesquisa em administração*. Thomson Learning.
- Bourdieu, P. (1988). *Homo academicus*. Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (2015). *A distinção: Crítica social do julgamento* (2a. ed.). Zouk.
- Conselho Federal de Administração (2015). *Pesquisa nacional: Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do profissional de administração*.
- Cordeiro, J. P. (2002). Modalidades de inserção profissional dos quadros superiores nas empresas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (38), 79–98. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000100006&lng=pt&tlng=pt
- Corrêa, C. R., & Lima, J. E. D. (2015). Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: O caso da região metropolitana de Recife. *Cadernos Metrópole*, 17(34), 541–553. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3412>
- Decreto n. 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6425-4-abril-2008-573639-publicacaooriginal-96943-pe.html>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2018). *Boletim Emprego em Pauta*. <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta9.html>
- Dornelles, A. E., Panozzo, V. M., & Reis, C. N. D. (2016). Juventude latino-americana e mercado de trabalho: Programas de capacitação e inserção. *Revista Katálysis*, 19(1), 81–90. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100009>
- Dubar, C. (2001). La construction sociale de l’insertion professionnelle. *Éducation et Sociétés*, (1), 23–36.
- Ferrugini, L., & Castro, C. C. D. (2015). Repercussões socioeconômicas do curso piloto de administração da UAB na visão de egressos e coordenadores. *Educação e Pesquisa*, 41(4), 993–1008. <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201506132787>
- Galland, O. (2000). Entrer dans la vie adulte: Des étapes toujours plus tardives, mais resserrées. *Économie et Statistique*, 337(1), 13–36.



- Hasenbalg, C. (2003). Introdução. In C. Hasenbalg, & N. do Valle-Silva (Orgs.), *Origens e destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida* (pp. 9–35). Topbooks.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2016*.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018a). *Resumo técnico: Censo da educação superior 2016*. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018b). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2017*.
- Lemos, A. H. D. C., Dubeux, V. J. C., & Pinto, M. C. S. (2009). Educação, empregabilidade e mobilidade social: Convergências e divergências. *Cadernos EBAPÉ.BR*, 7(2), 368–384. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000200012>
- Lemos, A. H. D. C., Dubeux, V. J. C., & Pinto, M. C. S. (2011). Empregabilidade dos jovens administradores: Uma questão meritocrática ou aristocrática? *Brazilian Business Review*, 8(1), 94–115.
- Longo, F. V., & Vieira, J. M. (2017). Educação de mãe para filho: Fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. *Educação & Sociedade*, 38(141), 1051–1071. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017162420>
- Maizels, J. (1970). *Adolescent needs and the transition from school to work*. University of London, Athlone Press.
- Mariano, F. Z., Costa, E. M., Guimarães, D. B., & Sousa, D. T. D. (2018). Diferenciais de rendimentos entre raças e gêneros, nas regiões metropolitanas, por níveis ocupacionais: Uma análise através do pareamento de Ñopo. *Estudos Econômicos*, 48(1), 137–173. <https://doi.org/10.1590/0101-41614815137fedd>
- Nicole-Drancourt, C. (1996). Histoire d'un sujet et statut du sujet. In M. Lurol (Ed.), *Les jeunes et l'emploi. Recherches pluridisciplinaires* (pp. 113–150). La Documentation Française.
- Peugny, C. (2007). *La mobilité sociale descendante: L'épreuve du déclassement* [Thèse de doctorat non publiée]. Institut d'Etudes Politiques de Paris. <https://pastel.archives-ouvertes.fr/pastel-00003938/document>

- Peugny, C. (2014). *O destino vem do berço? Desigualdades e reprodução social*. Papirus.
- Picanço, F. (2015). Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: Somando desvantagens, multiplicando desigualdades? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(88), 145–179. <https://doi.org/10.17666/3088145-179/2015>
- Ramos, M., Parente, C., & Santos, M. (2014). Os licenciados em Portugal: Uma tipificação de perfis de inserção profissional. *Educação e Pesquisa*, 40(2), 383–400.
- Ribeiro, M. G. (2016). Estrutura social e desigualdade de renda: Uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(2), 237–256. <https://doi.org/10.20947/s0102-30982016a0010>
- Rocha-de-Oliveira, S. (2008). A inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Caderno CRH*, 21(54), 533–550. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300009>
- Rocha-de-Oliveira, S. (2012). Inserção profissional: Perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 6(1), 124–135.
- Rocha-de-Oliveira, S., & Piccinini, V. C. (2011). Mercado de trabalho: Múltiplos (des)entendimentos. *Revista de Administração Pública*, 45(5), 1517–1538. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500012>
- Rocha-de-Oliveira, S., & Piccinini, V. C. (2012a). Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 63–73. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000100008&lng=pt&tlng=pt
- Rocha-de-Oliveira, S., & Piccinini, V. C. (2012b). Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de Administração no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 13(2), 44–75. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000200003>
- Rose, J. (2018). L'insertion professionnelle: Une notion discutée mais robuste. In T. Couppié, A. Dupray, D. Épiphane, & V. Mora (Orgs.), *20 ans d'insertion professionnelle des jeunes: Entre permanences et évolutions*. Cereq, Essentiels.
- Sales, M. L. D., Xavier, J. L. J., Filho, & Damascena, E. O. (2017). Serviço público como expectativa profissional dos graduandos em Administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(1), 11–16. <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i1.796>



- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5a. ed.). Penso.
- Santos, A. L. D., & Gimenez, D. (2015). Inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 29(85), 153–168.
- Santos, G. P. G. D. (2013). Juventudes, trabalho e educação: Uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In J. Macambira & F. R. B. Andrade (Orgs.), *Trabalho e formação profissional: Juventudes em transição* (pp. 37–55). IDT, Uece, BNB.
- Santos, J. A. F. (2015). Mudanças de renda no Brasil: Fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social. *Sociedade e Estado*, 30(3), 749–772. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030008>
- Schultz, T. W. (1967). *O valor econômico da educação* (P. S. Werneck, Trad., C. A. Pajuaba, Rev. Técnica). Zahar.
- Schwartz, S. J., Côté, J. E., & Arnett, J. J. (2005). Identity and agency in emerging adulthood: Two developmental routes in the individualization process. *Youth & Society*, 37(2), 201–229. <https://doi.org/10.1177/0044118X05275965>
- Silva, R. S. D., & Silva, V. R. D. (2011). Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 24(63), 663–678. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>
- Souza, J. A. (2006). *Construção social da subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica* (2a. ed.). Editora UFMG.
- Souza, J. A. (2012). Os batalhadores e a transformação do Brasil. In J. Souza (Org.), *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2a. ed., pp. 9–57). Editora UFMG.
- Tartuce, G. (2007). *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: Um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re) inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Tejada, C. A. O., Bertoldi, A. D., Carraro, A., Ribeiro, F. G., Motta, J. V. D. S., Barros, F. C., & Barros, A. J. (2015). Pai pobre, filho pobre? Uma análise da mobilidade intergeracional de renda na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(6), 1225–1233. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00067714>
- Volkmer-Martins, B. (2016). *Expansão e diversificação do ensino superior no Brasil: A mobilidade social e a inserção profissional dos jovens estudantes e egressos de cursos superiores tecnológicos na região metropolitana de Porto Alegre-RS* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Volkmer-Martins, B., & Rocha-de-Oliveira, S. (2017). Expansão e diversificação do ensino superior, impactos no mercado de trabalho e inserção profissional no Brasil: Reflexões iniciais e proposta de agenda de pesquisa. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, 6(2), 53–70. <http://dx.doi.org/10.18316/desenv.v6i2.3196>

Volkmer-Martins, B., Scherdien, C., & Rocha-de-Oliveira, S. (2019). Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: Reflexões e agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(3), 564–576.

CORPO EDITORIAL

Editor-chefe
Gilberto Perez

Editora associada
Renata Silva de Carvalho Chinelato

Suporte técnico
Vitória Batista Santos Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação editorial
Jéssica Dametta

Preparação de originais
Carlos Villarruel

Revisão
Paula Di Sessa Vavlis

Diagramação
Emap

Projeto gráfico
Libro